

Apoio



ANO 10 Nº 11

Novembro de 2001

Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Desempenho do comércio no RS

O setor Comércio do Rio Grande do Sul tem uma participação de 10,0% no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado. Esse segmento vem tendo desempenho positivo nos últimos anos, apresentando taxas de crescimento de 2,6% em 1999 e de 3,1% em 2000.

No ano corrente, para o qual ainda não estão disponíveis todas as informações necessárias às estimativas do PIB, a evolução desse segmento é aferida através da utilização da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), elaborada pelo IBGE para estados selecionados (12 estados) a partir do grau de importância dos mesmos na estrutura do comércio e abrangendo suas principais atividades. Com base nessas informações, observa-se que, em agosto (último mês disponível da PMC), o índice de volume das vendas do comércio varejista do Rio Grande do Sul, comparado ao do mesmo mês do ano anterior, apresentou o melhor desempenho dentre todos os estados brasileiros, atingindo um crescimento de 6,5%, seguido por Santa Catarina — com crescimento de 3,6% — e pelo Estado do Paraná, com uma taxa de 2,5%. É importante destacar que, para o mesmo período, o Estado de São Paulo apresentou queda (-2,2%), e o comércio varejista no Brasil decresceu (-0,3%).

No acumulado do ano (até o mês de agosto), enquanto no Brasil se verificou uma taxa negativa (-1,2%), devido principalmente ao desempenho negativo da atividade **combustíveis e lubrificantes** (-4,5%), o Rio Grande do Sul apresentou um crescimento de 0,9%, classificando-se como o quarto estado de melhor crescimento, ficando atrás apenas de Santa Catarina, do Rio de Janeiro e da Bahia, os quais cresceram, respectivamente, 2,7%, 2,5% e 1,2%. Salientam-se aqui os desempenhos negativos dos Estados de Minas Gerais (-2,8%) e de São Paulo (-2,8%), cujas economias são parcelas significativas do comércio nacional.

O reduzido crescimento das vendas no acumulado do ano, no RS, deve-se principalmente ao desempenho negativo nas vendas de **combustíveis e lubrificantes** (-6,8%), que foi contrabalançado pelos desempenhos positivos das atividades **móveis e eletrodomésticos** (20,2% no mês de agosto e 12,0% no acumulado do ano) e **hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo** (5,4% no mês de agosto e 2,1% no acumulado do ano).

Destaca-se, ainda, no RS, o bom desempenho do segmento **veículos, motos, partes e peças**, que, apesar da queda no mês (-5,5%), apresentou um crescimento significativo de 16,0% no acumulado do ano, ficando atrás apenas dos Estados de Goiás e Minas Gerais, com taxas positivas de 23,1% e 17,5% respectivamente.

Taxas de crescimento, acumuladas no ano, do comércio varejista e de veículos, motos, partes e peças, no Brasil e em estados selecionados — ago./01

SEGMENTOS DO COMÉRCIO	BR	RS	SC	PR	SP	RJ	MG
Comércio varejista	-1,2	0,9	2,7	-0,1	-2,8	2,5	-2,8
Combustíveis e lubrificantes	-4,5	-6,8	-1,0	0,2	-3,1	-8,0	-5,7
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,4	2,1	3,7	-1,2	1,3	8,2	-3,6
Tecidos, vestuário e calçados	1,3	0,5	-2,2	4,2	-0,5	1,1	-0,5
Móveis e eletrodomésticos	0,7	12,0	8,7	-3,4	3,3	-6,0	-0,4
Demais artigos de uso pessoal e doméstico	-6,6	-0,8	-1,2	1,2	-11,9	1,7	0,3
Veículos, motos, partes e peças	3,0	16,0	7,5	7,0	-1,4	12,8	17,5

FONTE: IBGE.

NOTA: Base igual período do ano anterior.

Essa melhor performance das vendas do comércio varejista do Estado em comparação com as do Brasil e com as dos principais estados da Federação deve-se, em parte, à possibilidade que teve a Região Sul de ficar fora do esquema de racionamento de energia elétrica imposto às demais regiões do País.

Para os próximos meses do ano, espera-se que o comércio varejista apresente uma redução no seu ritmo de crescimento das vendas, devido, principalmente, a uma não-redução das taxas de juros pelo Banco Central, afetando, com isso, o desempenho daqueles segmentos que são mais sensíveis ao crédito, como o de bens de consumo duráveis.

Juarez Meneghetti (FEE/NCR)

Trigo nacional não garante o consumo interno

Da produção brasileira de trigo, mais de 90% são colhidos no RS e no PR. Ao longo da última década, a participação média do Estado ficou na casa dos 31%, enquanto o Paraná participou com 59%.

No Rio Grande do Sul, a área cultivada com trigo para a safra 2000/2001 registrou um incremento de, aproximadamente, 3,3%, e esperava-se uma colheita em torno de 1,2 milhão de toneladas, portanto 20,7% superior à da safra anterior. Cabe salientar que houve investimentos, por parte dos agricultores, com o intuito de recuperar o cultivo desse cereal. Prova desse fato pode ser verificada no aumento de 17% que era esperado na produtividade. Entretanto deve-se ressaltar que essa situação, que poderia significar uma retomada da cultura do trigo no RS, foi prejudicada pelas chuvas do mês de outubro, que poderão resultar em uma redução na produtividade.

Embora o bom desempenho do trigo gaúcho para a safra atual, a produção nacional de 3,4 milhões de toneladas é resultado do excepcional aumento da produção do Paraná, que está ao redor de 218%, associado ao incremento de, aproximadamente, 120% na área plantada. Mesmo com uma expansão de 107% na produção brasileira desse cereal, mantém-se a necessidade de importações em volumes significativos, para atender à demanda interna, que se situa em torno de 9,0 milhões de toneladas.

Estimativa da produção e da área de trigo no Rio Grande do Sul, no Paraná e no Brasil — safra 2000/2001

ESPECIFICAÇÃO	PRODUÇÃO (t)		ÁREA (ha)	
	2000	2001	2000	2001
Rio Grande do Sul	987 758	1 191 925	586 668	605 837
Paraná	635 450	2 023 615	418 545	919 825
Somatório	1 623 208	3 215 540	1 005 213	1 525 662
Brasil	1 661 526	3 446 694	1 065 897	1 650 912
Participação percentual RS/BR	59,45	34,58	55,04	36,70

FONTE: IBGE.

NOTA: As informações para o BR e o PR são do mês de jul./01; e as do RS, de set./01.

Maria Helena Antunes de Sampaio (FEE/NEA)

As exportações de soja para a China

Com 1,2 bilhão de habitantes (um quinto do total mundial) e um nível de renda em ascensão, a China é um mercado com grande potencial de expansão para as exportações gaúchas, especialmente de soja em grão.

Assim como vários outros países, a China impõe restrições à entrada de soja transgênica, e, tanto nos Estados Unidos quanto na Argentina, principais concorrentes do Brasil no mercado exportador desse produto, mais de 80% das lavouras de soja são transgênicas, na busca de alternativas para diminuir custos e aumentar a produtividade. Já o Brasil oferece um produto não transgênico, o que lhe confere vantagem sobre seus concorrentes no mercado chinês.

Outra vantagem, no momento, é a desvalorização do real, que permite a prática de preços mais competitivos no mercado internacional.

A Lei Kandir, que, a partir de 1996, zerou as alíquotas de ICMS sobre as exportações do complexo soja, também estimulou as vendas de soja em grão.

Por tudo isso, as vendas de soja em grão do RS para a China têm se elevado e representam, aproximadamente, 75% do valor


total das exportações do Rio Grande do Sul para esse país. Caso as condições atuais de competitividade da soja do RS se mantenham, espera-se que as vendas para o mercado chinês se intensifiquem na próxima safra, embora já representem 55% das exportações gaúchas de soja em grão.

Exportações do Rio Grande do Sul para a China

CAPÍTULO	VALOR (US\$ 1 000 FOB)		VARIACÃO PERCENTUAL	PARTICIPAÇÃO % NO TOTAL 2000/2001
	Jan.-Set./00	Jan.-Set./01		
Soja em grãos ...	155 375	238 831	53,71	67,43
Outros produtos	31 331	115 336	268,12	32,57
TOTAL	186 706	354 167	89,69	100,00


FONTE: MDIC.

Teresinha Bello (FEE/NERI)

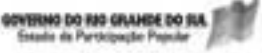


crédito assistido
Apoio Técnico e Crédito para Pequenas Empresas e Negócios

Você não precisa ser grande para ter crédito e acompanhamento técnico.



Danisul
Melhor porque é nosso



GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL
Estado de Participação Popular

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./92-set./01

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PIB (1)		TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA
	MENTO	TAXA DE INVESTIMENTO (2)	(% do PIB) (IPEA)	(% da PEA) (IBGE)	(IPCA/IBGE)	Índice (base fixa ago./94 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./91 = 100)	Taxa de Variação (4)	(saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
Dez./92	-0,6	18,1	4,5	124,8	-8,2	124,7	7,2	...
Dez./93	4,9	18,5	4,4	2 477,7	...	112,9	-9,5	134,7	8,0	...
Dez./94	5,9	21,4	3,4	916,5	56,4	88,6	-21,5	144,8	7,5	17 265
Dez./95	4,2	19,4	4,4	22,4	38,9	99,8	12,6	159,8	10,3	20 746
Dez./96	2,7	21,0	3,8	10,1	23,0	98,6	-1,2	159,3	-0,3	20 106
Dez./97	3,3	22,1	4,8	5,2	40,9	93,7	-5,4	166,3	4,4	32 283
Ago./99	-	-	7,7	5,7	19,5	130,3	36,2	159,1	-3,2	39 051
Set./99	-0,7	19,0	7,4	6,3	19,0	129,5	32,3	158,6	-3,8	39 041
Out./99	-	-	7,5	7,5	19,0	132,1	31,6	157,0	-4,9	37 012
Nov./99	-	-	7,3	8,6	19,0	124,0	24,1	157,0	-5,0	37 962
Dez./99	0,5	19,0	6,3	8,9	19,0	115,8	16,9	157,1	-4,5	45 407
Jan./00	-	-	7,6	8,9	19,0	112,8	-6,9	157,6	-4,3	45 753
Fev./00	-	-	8,2	7,9	19,0	110,2	-22,3	157,8	-2,9	42 197
Mar./00	2,2	18,4	8,1	6,9	19,0	108,2	-20,1	158,1	-1,6	40 906
Abr./00	-	-	7,8	6,8	18,5	109,4	-10,1	158,1	-1,1	38 549
Maior00	-	-	7,8	6,5	18,5	111,3	-8,6	158,7	-0,9	38 460
Jun./00	3,5	18,3	7,4	6,5	17,5	110,7	-11,5	158,4	-1,2	37 924
Jul./00	-	-	7,2	7,1	16,5	107,0	-14,5	157,0	-1,6	37 141
Ago./00	-	-	7,1	7,9	16,5	103,7	-20,4	156,4	-1,7	37 855
Set./00	4,3	18,6	6,7	7,8	16,5	104,1	-19,6	155,9	-1,7	38 060
Out./00	-	-	6,8	6,7	16,5	105,5	-20,1	156,9	-0,1	39 299
Nov./00	-	-	6,2	6,0	16,5	109,1	-12,0	159,6	1,6	40 006
Dez./00	4,4	18,8	4,8	6,0	15,8	109,8	-5,2	160,1	1,9	46 304
Jan./01	-	-	5,7	6,0	15,8	110,7	-1,9	160,7	2,0	46 459
Fev./01	-	-	5,7	6,3	15,8	112,0	1,6	160,1	1,5	44 300
Mar./01	4,2	20,6	6,5	6,4	16,3	114,5	5,8	160,2	1,3	43 306
Abr./01	-	-	6,5	6,6	16,3	117,9	7,4	159,4	0,8	43 543
Maior01	-	-	6,9	7,0	16,8	123,1	10,6	-	-	43 636
Jun./01	3,6	-	6,4	7,4	18,3	124,3	12,3	-	-	43 936
Jul./01	-	-	6,2	7,1	19,0	126,6	18,3	-	-	45 004
Ago./01	-	-	6,2	6,4	19,0	129,7	25,1	-	-	45 010
Set./01	-	-	6,2	6,5	19,0	-	-	-	-	45 133

(continua)

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./92-set./01

MESES E ANOS	NECESSI- DADES PRIMÁRIAS DE FINANÇIA- MENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 1991 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas de liquidez (conceito internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (7)	Produtividade física da indústria (7)		Exportações (1)	Importações (1)	Transações correntes (6)	Investimentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos		
Dez./92	89,52	-3,7	4,6	(8) 69,0	13,4	-2,3	1,57	23 754	...
Dez./93	97,13	7,5	9,5	(8) 72,0	8,1	25,1	-0,14	32 211	...
Dez./94	-5,09	28,5	114,32	7,6	10,8	(8) 77,0	12,3	28,7	-0,31	38 806	...
Dez./95	-0,35	29,9	100,71	1,8	4,3	(8) 83,0	6,8	51,1	-2,55	51 840	...
Dez./96	0,09	33,3	108,88	1,7	14,9	(8) 79,0	2,7	6,7	-2,98	1,28	1,70	60 110	...
Dez./97	0,98	34,5	105,37	3,9	10,7	(8) 81,0	11,0	15,1	-4,16	2,13	2,03	52 173	199 998
Ago./99	-2,02	50,3	126,17	-3,0	6,6	-	-10,9	-14,5	-5,30	4,96	0,34	41 918	...
Set./99	-2,77	49,2	124,79	-2,6	6,8	-	-11,5	-15,8	-4,89	5,22	-0,32	42 562	...
Out./99	-3,00	48,8	127,07	-2,0	7,4	83,0	-9,6	-16,1	-4,59	5,12	-0,53	40 053	...
Nov./99	-3,24	47,8	124,07	-1,4	7,4	-	-8,6	-15,8	-4,68	5,38	-0,70	42 175	...
Dez./99	-3,13	49,7	111,73	-0,7	7,6	-	-6,1	-14,9	-4,80	5,40	-0,60	36 342	241 468
Jan./00	-3,16	47,1	106,32	4,9	7,5	81,3	-3,3	-14,0	-4,48	5,68	-1,20	37 560	240 151
Fev./00	-3,27	47,4	112,71	10,3	8,1	-	-0,7	-11,0	-4,46	5,07	-0,61	38 364	240 663
Mar./00	-3,31	47,0	120,21	8,0	7,7	-	1,5	-7,9	-4,40	5,13	-0,73	39 200	242 536
Abr./00	-3,52	47,5	115,48	6,8	7,3	83,1	4,3	-5,4	-4,44	4,91	-0,47	28 721	230 069
Mai/00	-3,83	47,4	126,81	6,7	7,1	-	6,2	-2,7	-4,40	4,92	-0,52	28 570	231 346
Jun./00	-3,59	46,5	127,86	6,9	7,0	-	8,6	-1,7	-4,27	5,12	-0,85	28 265	232 288
Jul./00	-3,18	49,5	130,26	6,9	7,3	82,8	12,5	2,5	-4,18	5,30	-1,12	29 214	232 812
Ago./00	-3,53	48,6	136,35	7,1	7,1	-	14,5	4,7	-4,05	5,21	-1,16	31 385	232 440
Set./00	-3,33	48,5	129,30	6,7	6,7	-	16,5	8,6	-4,06	5,00	-0,94	31 431	232 387
Out./00	-3,25	49,0	136,44	6,8	6,4	84,1	16,5	11,3	-4,19	4,95	-0,76	30 393	231 575
Nov./00	-3,63	49,7	130,66	6,6	6,0	-	16,5	12,7	-4,19	5,57	-1,38	32 533	231 526
Dez./00	-3,56	49,3	120,47	6,7	5,7	-	14,7	13,8	-4,15	5,52	-1,37	33 011	236 157
Jan./01	-3,62	48,9	119,38	12,3	6,0	82,1	15,8	17,3	-4,41	5,33	-0,92	35 598	238 298
Fev./01	-3,54	49,6	114,88	7,0	5,1	-	13,7	14,8	-4,57	5,27	-0,70	35 413	238 230
Mar./01	-3,53	50,2	130,24	7,4	5,6	-	13,6	15,4	-4,73	4,79	-0,06	34 407	220 560
Abr./01	-3,90	50,4	122,45	7,1	-	83,9	13,6	15,9	-4,67	5,47	-0,80	34 653	...
Mai/01	-3,79	51,9	132,75	6,5	-	-	12,7	15,9	-4,83	5,61	-0,78	35 459	...
Jun./01	-3,91	51,3	126,55	5,1	-	-	11,9	15,9	-4,84	5,28	-0,44	37 318	224 025
Jul./01	-4,05	52,8	132,27	4,5	-	81,1	9,9	13,9	-5,04	4,87	0,17	35 552	224 411
Ago./01	-3,78	53,9	136,40	3,9	-	-	7,8	11,2	-5,05	4,75	0,30	36 299	226 818
Set./01	-3,79	54,8	-	-	-	-	6,8	8,0	-4,99	4,80	0,19	40 054	-

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos sete dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual acumulada nos últimos 12 meses. (5) R\$/cesta de 13 moedas: EUA, Canadá, Japão, ALADI (Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e México) e Europa (Alemanha, França, Itália, Holanda e Suíça). (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual da média dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (8) Refere-se ao mês seguinte.

Carta de Conjuntura - Ano 10 nº 11

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — dez./97-nov./01

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA (2)			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (5)	Mês (6)	Acumulado no Ano (7)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (8)	CUB (9)
Dez./97	6,1	115,56	98,08	108,92	198,5	38,5	41,9	306,3	97,80	427,53
Dez./98	-0,5	110,68	95,78	96,24	227,0	45,5	52,8	348,6	96,48	447,48
Set./99	-	135,08	99,33	99,74	221,2	96,2	45,1	400,6	105,00	471,72
Out./99	-	141,43	105,99	100,37	220,8	93,4	42,6	399,2	105,73	475,35
Nov./99	-	137,39	111,39	101,30	225,2	100,7	42,9	415,1	106,84	479,73
Dez./99	3,6	126,87	114,63	102,24	247,7	94,6	42,4	413,3	107,76	482,01
Jan./00	-	119,56	114,69	114,69	249,9	96,8	86,6	477,4	108,69	486,17
Fev./00	-	130,89	118,76	116,78	216,2	97,9	48,9	413,0	109,12	491,65
Mar./00	-	157,02	109,31	113,78	219,5	99,3	42,4	409,2	109,51	493,24
Abr./00	-	146,48	103,19	110,78	239,6	103,6	43,2	437,3	109,71	499,53
Mai/00	-	158,40	112,47	111,13	205,1	93,9	46,6	399,4	109,93	491,85
Jun./00	-	152,97	106,79	110,33	243,1	95,3	50,6	448,3	109,97	491,02
Jul./00	-	153,46	109,17	110,16	237,4	98,5	52,3	446,5	111,83	504,90
Ago./00	-	157,69	113,14	110,55	239,2	101,7	55,3	456,0	113,84	509,16
Set./00	-	139,83	103,51	109,75	270,7	103,3	53,8	493,3	114,02	510,35
Out./00	-	151,24	106,94	109,46	289,6	68,4	49,3	475,7	114,51	519,58
Nov./00	-	147,92	107,67	109,29	319,6	72,9	48,2	508,4	115,11	518,65
Dez./00	4,6	128,61	101,37	108,66	307,1	75,2	47,0	497,3	115,39	519,24
Jan./01	-	129,10	107,98	107,98	336,7	70,1	99,4	571,2	117,19	520,81
Fev./01	-	127,38	97,30	102,40	298,7	72,4	59,1	497,4	117,05	521,22
Mar./01	-	156,17	99,47	101,27	261,5	66,5	49,1	453,0	117,60	520,63
Abr./01	-	152,36	104,14	102,03	336,2	81,1	60,2	553,2	118,72	524,37
Mai/01	-	154,77	97,72	101,07	311,6	69,2	48,9	518,6	118,85	528,28
Jun./01	-	147,78	96,61	100,28	303,6	64,9	61,0	505,4	119,42	532,23
Jul./01	-	151,36	98,63	100,03	291,6	111,8	64,1	547,3	120,39	545,90
Ago./01	-	156,48	99,23	99,92	263,7	104,1	61,8	510,2	120,88	553,17
Set./01	-	-	-	-	310,0	112,7	62,3	566,8	120,67	557,48
Out./01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	561,36
Nov./01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	565,12

(continua)

Carta de Conjuntura - Ano 10 nº 11
ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — dez./97-nov./01

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (3)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (4) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (US\$ mil)	VARIÇÃO MENSAL DO NÚMERO DE INFORMAÇÕES DO SPC (%)	
		Taxa de Desemprego		Ocupa- pados (10)	Assala- lariados (11)	Industrial	Total		Registro	Cancelamento
		Aberto	Total							
Dez./97	-	-	-	750	725	-	-	-	-	-
Dez./98	-	11,2	17,3	763	747	505 688	1 476 232	412 168	-0,9	23,1
Set./99	2 135	12,0	19,6	720	727	573 094	1 490 392	441 102	-10,0	-31,9
Out./99	7 884	11,9	19,7	722	728	556 736	1 430 979	437 790	64,4	-61,7
Nov./99	8 894	11,7	19,7	722	729	564 829	1 460 697	404 187	-11,4	3,2
Dez./99	-11 311	11,1	18,1	731	721	577 884	1 573 375	465 523	30,7	40,9
Jan./00	6 367	10,3	16,7	713	698	504 010	1 662 231	339 539	-23,4	-33,7
Fev./00	7 374	10,2	16,8	705	687	590 670	1 721 907	351 781	3,9	7,5
Mar./00	12 922	10,8	17,7	694	694	595 849	1 698 334	415 601	33,9	7,9
Abr./00	14 283	11,4	18,8	708	706	616 814	1 640 732	467 414	-10,5	10,2
Mai/00	2 625	11,5	18,4	724	718	651 664	1 623 447	472 396	20,8	10,1
Jun./00	639	11,3	17,8	734	722	635 844	1 578 796	573 501	-16,7	0,9
Jul./00	- 475	11,2	16,8	743	718	638 838	1 602 501	604 322	2,0	-0,7
Ago./00	87	11,0	16,5	733	721	643 196	1 604 892	630 930	17,6	1,7
Set./00	6 440	10,6	16,2	720	711	632 876	1 583 907	498 411	-16,7	-4,4
Out./00	6 173	10,0	16,3	710	709	624 813	1 558 757	486 019	63,1	-13,6
Nov./00	8 689	9,6	15,9	705	700	623 480	1 580 276	487 985	-45,2	-1,2
Dez./00	-11 632	9,3	15,0	708	699	609 475	1 630 893	452 039	24,4	35,7
Jan./01	6 019	9,1	14,4	703	704	525 439	1 682 432	414 295	-27,9	-31,5
Fev./01	3 426	9,3	14,7	707	716	602 228	1 739 468	400 950	-17,6	-16,7
Mar./01	10 016	9,6	15,4	692	711	615 360	1 803 647	520 790	74,2	33,9
Abr./01	15 810	10,2	15,6	699	714	643 148	1 756 774	489 574	-2,2	-1,0
Mai/01	-5 421	10,2	15,4	687	692	618 173	1 602 540	638 054	-6,3	15,5
Jun./01	-1 372	10,0	15,0	690	689	653 234	1 579 597	632 236	-20,0	-11,7
Jul./01	-3 176	9,6	14,6	678	678	631 391	1 516 081	658 093	15,9	13,1
Ago./01	6 854	9,6	14,3	681	681	628 535	1 533 749	673 810	-10,8	-14,3
Set./01	-	9,8	14,5	-	-	607 149	1 510 227	569 020	-20,2	-20,7
Out./01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nov./01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. SPC. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Pesquisa Industrial Mensal. (3) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de maio/01. (4) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (5) Base: média de 1991 = 100. (6) Base: igual mês do ano anterior = 100. (7) Base: igual período do ano anterior = 100. (8) Base: abr./98 = 100. (9) Em R\$. (10) Exclusive os assalariados e empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (11) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

Desemprego: comportamento diferenciado entre os gêneros

A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre revela, no período jan.-set./01, altas taxas de desemprego total, atingindo mais as mulheres, cujo contingente apresentou uma taxa de 18,3%, enquanto para os homens a taxa foi de 12,4%.

Considerando-se os três tipos de desemprego levantados pela Pesquisa, verifica-se que, tanto entre os homens como entre as mulheres, predomina a situação de **desemprego aberto** — pessoas que procuraram trabalho, efetivamente, nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias —, cujas taxas foram 7,4% e 12,9% respectivamente. O **desemprego oculto pelo desalento** — pessoas sem trabalho e que não procuraram nos últimos 30 dias, por alguma circunstância, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses — também atinge mais as mulheres, cujas taxas representaram 2,8% para o contingente feminino e 0,8% para o masculino. Essa situação se inverte unicamente no caso do **desemprego oculto pelo trabalho precário** — pessoas que procuraram trabalho nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou nos últimos 12 meses, e realizam, de forma não regular, algum trabalho —, no qual as taxas foram de 4,2% para os homens e de 2,6% para as mulheres.

Taxas de desemprego, segundo o sexo e tipo, na RMPA — jan.-set. /01

TIPOS DE DESEMPREGO	MULHERES	HOMENS	TOTAL (%)
Total	18,3	12,4	15,0
Aberto	12,9	7,4	9,8
Oculto pelo trabalho precário	2,6	4,2	3,5
Oculto pelo desalento	2,8	0,8	1,7

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS e DIEESE.

Os homens enquadram-se mais neste último tipo de desemprego por serem, na grande maioria, os principais responsáveis pela manutenção da família e, por isso, se vêem forçados — enquanto procuram trabalho — a realizar atividades instáveis. As mulheres, no entanto, via de regra, têm, nos afazeres domésticos, uma atividade enquanto buscam trabalho no mercado.

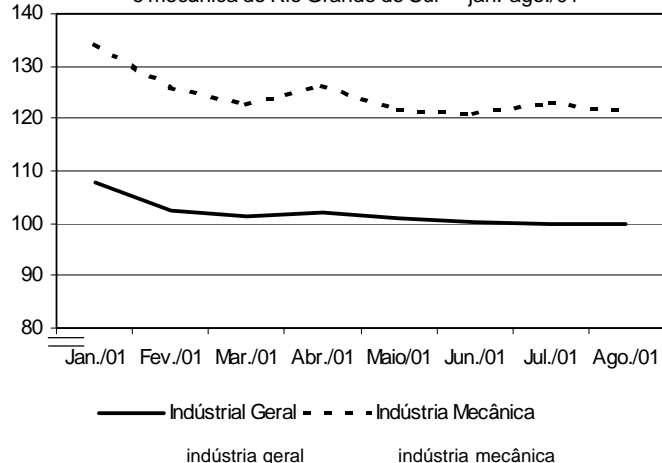
Norma Herminia Kreling (FEE/CPED)

Produção de máquinas agrícolas é destaque na indústria gaúcha

Segundo o IBGE, a indústria gaúcha apresentou, em agosto, queda de 0,8% no seu índice de produção física, constituindo-se esta na sexta ocorrência de taxa negativa em oito meses pesquisados no corrente ano. Como conseqüência, o índice acumulado no ano passa a apresentar, pela primeira vez, retração no processo de crescimento industrial, qual seja, -0,1% no período jan.-ago.

Em meio a essa situação adversa, a expansão do setor mecânico no Estado, 11,6% em agosto e 21,2% no acumulado janeiro-agosto, aparece como uma significativa exceção, que cresce em importância, dado seu peso na estrutura industrial regional. Em larga medida, essa performance reflete o excepcional desempenho na produção de máquinas e implementos agrícolas, responsáveis por cerca de 35% do valor da produção do gênero mecânica rio-grandense. De acordo com o SIMERS, a produção desses bens cresceu 30,15% no primeiro semestre. Afora as condições favoráveis propiciadas pelo aumento das exportações e da safra agrícola, as vendas desse setor têm sido, fortemente, alavancadas pelo Programa Moderfrota, implementado pelo Governo Federal. Entre janeiro e agosto de 2001, esse programa disponibilizou, através do Finame, R\$ 870 milhões contra R\$ 568 milhões em igual período do ano passado. A possibilidade de prosseguimento dessa linha de financiamento oferece ótimas perspectivas para as empresas do setor, tendo em vista a estimativa de que a frota obsoleta de tratores, no Brasil, seja da ordem de 40 mil unidades.

Evolução do índice da produção física das indústrias geral e mecânica do Rio Grande do Sul — jan.-ago./01



FONTE: IBGE.

NOTA: Indicador acumulado (base: igual período do ano anterior = 100).

Rubens Soares de Lima (FEE/NEI)

A Proposta Orçamentária para 2002

Atendendo ao dispositivo constitucional, o Poder Executivo encaminhou ao Legislativo o projeto de lei que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2002.

A receita da Administração Direta e da Indireta foi projetada para o próximo ano no valor de R\$ 12.093.794.849,00. Essa receita total está dividida da seguinte forma: R\$ 10.856.446.493,00 referem-se à Administração Direta; e o complemento, às autarquias e às fundações, com dotações de R\$ 1.165.800.566,00 e R\$ 71.547.790,00 respectivamente. Paralelamente, e agora de acordo com a classificação econômica, se constata que as receitas correntes — operações correntes são aquelas de cujo esforço não resultam aumentos patrimoniais — representarão 94,4% e as receitas de capital, 5,6% da receita total projetada para o próximo exercício.

Valores orçados, por grupos de despesa, na Proposta Orçamentária para 2002 do RS

(R\$ 1,00)

GRUPOS DE DESPESA	VALOR ORÇADO
Pessoal e Encargos Sociais	5 396 034 451
Outras Despesas Correntes	3 534 540 229
Manutenção	1 216 086 119
Transferências a municípios	2 318 454 110
Serviço da Dívida	867 533 728
Despesas de Capital	950 617 223
Subtotal	10 748 725 531
Reserva de contingência	184 429 890
DESPESA TOTAL	10 933 155 421
Receita corrente líquida	7 887 815 244

FONTE: Secretaria da Coordenação e Planejamento.

NOTA: Compreendem Administração Direta mais transferências para a Administração Indireta.

Quanto à receita corrente da Administração Direta, no valor de R\$ 10.206.269.357,00, que representa a parcela mais significativa das finanças públicas da esfera estadual, o seu principal agregado é o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que foi estimado em R\$ 7.131.873.457,00 para o ano vindouro. No que diz respeito à receita de capital da Administração Direta, projetada em R\$ 650.177.136,00, ela apresentou a dotação das operações de crédito, de R\$ 335.136.079,00, como o componente de maior participação.

Simultaneamente aos dados da arrecadação, a Proposta Orçamentária para 2002 contém o perfil dos gastos públicos, definido no âmbito do Orçamento Participativo (OP) estadual, para o qual contribuirão 378 mil pessoas, agrupadas em 735 assembleias públicas. A despesa total, de R\$ 10.933.155.421,00, foi desagregada por grupos, correspondendo aos valores orçados para a Administração Direta acrescidos das transferências para a Administração Indireta. Esse montante está dividido nas seguintes proporções: 49,4% referem-se a pessoal e encargos sociais; 32,3% compreendem outras despesas correntes, que incluem a manutenção e as transferências aos municípios; 7,9% é a parte que está alocada para o serviço da dívida; 8,7% representa a presença das despesas de capital; enquanto a reserva de contingência participa com 1,7% da despesa total.

Outra classificação da despesa que merece destaque é a funcional-programática, porque ela permite a programação governamental e padroniza a terminologia da esfera estadual com os municípios e a União. Na Proposta Orçamentária para 2002, excluindo-se os encargos especiais, as três funções que lideraram o *ranking* das despesas foram: educação, com R\$ 2.759.843.817,00; saúde, com R\$ 1.160.437.018,00; e segurança pública, com R\$ 888.879.900,00.

Enfim, neste terceiro ano do OP, é importante enfatizar que o resgate da matriz produtiva estadual foi um dos pontos prioritizados na estratégia posta em prática pelo Governo para buscar o desenvolvimento regional.

Antônio Carlos Fraquelli (FEE/NEESF)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 1º.11.01).

ISSN 1517-7254

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 2.700 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
 Siegfried Emanuel Heuser
 Presidente: José Antonio Fialho Alonso
 Diretor Técnico: Flávio B. Fligenspan
 Diretor Administrativo: Celso Anversa

Conselho Editorial da Carta: Flávio B. Fligenspan,
 Guilherme Xavier Sobrinho, Jorge da Silva Accurso
 Roberto da Silva Wiltgen.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
 Rua Duque de Caxias, 1691 Porto Alegre - CEP 90010-283
 e-mail conjuntura@fee.tche.br
 www.fee.tche.br

EDITORAÇÃO

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

Revisão

Coordenação: Sidonia Therezinha Hahn Calvete. Revisoras: Elisabeth Kurtz Marques, Rosa Maria Gomes da Fonseca e Roselane Vial.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal, Lenoir Buss e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas, Luiz Carlos da Silva e Mauro Marcelino da Silva.